

Passeio pelo mundo do trabalho*

A view through the world of the work

Ana Joaquina Oliveira¹

A atual crise de expressão não deve ser propriamente de expressão, mas de pensamento. Como é que pode escrever quem não sabe ao certo o que procura dizer?
Quintana (Clareiras)

OLIVEIRA, A. J. Passeio pelo mundo do trabalho. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 1, p. 27-33, jan./abr., 2003.

RESUMO: Este texto faz uma descrição panorâmica da história do trabalho humano, da escravatura ao capitalismo dos dias atuais, levantando as características e princípios por que, no jogo da produção, o trabalho vem passando; trata também das repercussões deste jogo na vida do trabalhador.

DESCRITORES: Trabalho/história. Trabalhadores. Trabalho/psicologia.

INTRODUÇÃO

Este artigo que apresenta um vôo panorâmico pelo mundo do trabalho, discorre sobre a importância do trabalho para a vida do homem, o reconhecimento deste, como elemento estruturante do ser humano, as formas e modos de trabalho que levam esta atividade a continuar sendo causa de inúmeros problemas para o homem. O que dizer então do trabalho? Que é trabalho? Qual a causa da centralidade do trabalho na vida do homem?

O que ainda faz o trabalho causar tanto sofrimento?

A etimologia da palavra *trabalho* deriva do vocábulo latino *tripaliare* e do substantivo *tripalium* e representa um instrumento de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados e que também servia para manter presos os animais difíceis de ferrar (ARANHA; MARTINS, 1994). As referências a este instrumento (tridente) são também encontradas nas representações das figuras do demônio, ou seja, a

*Trabalho apresentado à disciplina “Metodologia da Pesquisa Científica” do Mestrado em Ciências da Família, do Pontifício Instituto João Paulo II – UCSAL-BA.

¹ Aluna de Mestrado em Ciências da Família, do Pontifício Instituto João Paulo II – UCSAL-BA.

Endereço para correspondência: Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Rua Cipotânea, 51. CEP 05360-000. São Paulo, SP.

concepção de trabalho vem de há muito vinculada a uma visão negativa de tortura, castigo, punição e sofrimento. As autoras citadas acima, referindo-se a Bíblia lembram que, Adão e Eva vivem felizes até que o pecado provoca sua expulsão do Paraíso e a condenação “ao trabalho com o ‘suor do seu rosto’”. A Eva coube também o ‘trabalho’ do parto” (ARANHA; MARTINS, 1994, p.9).

Na história da Antiguidade encontramos em quase todas as civilizações exemplos de como o trabalho era usado como forma de exploração. Desde a civilização da Mesopotâmia “em que ocorreu a passagem da sociedade comunitária (sem classes) para a sociedade dividida em ricos e pobres, exploradores e explorados” (COTRIM, 1995, p.29), dando início ao **modo de produção asiático**⁽¹⁾ que esta característica, condição de trabalho, marca a desigualdade e exploração entre os homens.

Mas afinal o que é trabalho? A história, quando nos mostra as várias formas que o trabalho apresenta ao longo dos séculos, leva-nos a perceber que não há uma concepção historicamente homogênea de trabalho. Nosella (1995) em um ensaio sobre trabalho e educação, ao apresentar uma exposição da evolução e das características do trabalho humano desde a escravidão até o capitalismo ou “do *tripalium* da escravatura ao *labor* da burguesia; do *labor* da burguesia à *poiésis* socialista” (1995, p.27), diz que “a noção de trabalho não é uma vaga idéia que se aplica indistintamente a qualquer atividade que o homem faz para sobreviver” (NOSELLA, 1995, p.30).

Numa perspectiva histórico - filosófica, o trabalho começa quando o homem busca os meios de satisfazer suas necessidades: a produção da vida material. Para Engels (1982), o trabalho criou o próprio homem, sendo, portanto, o fundamento da vida humana. “O trabalho, primeiro, depois a palavra articulada, constituíram-se nos dois principais fatores que atuaram na transformação gradual do cérebro do macaco em cérebro humano” (ENGELS, 1982, p.14). Segundo Engels (1982) foi graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro que os homens foram desenvolvendo-se e tornando-se capazes de realizar operações cada vez mais complexas; tendo-se o próprio trabalho então diversificado e aperfeiçoado a cada geração, estendendo-se a novas atividades. A

agricultura, primeiro, a fiação e a tecelagem, mais tarde, a manipulação de metais, a olaria e a navegação, em seguida, o comércio, os ofícios, as artes.

Vieram depois o direito e a política, e a religião apareceu como o reflexo fantástico das coisas na mente do homem. Com essas criações produzidas pelo cérebro e que começavam a dominar as sociedades humanas, as produções mais simples, resultado das atividades manuais, foram deixadas em segundo plano (ENGELS, 1982, p.19).

Para Marx (1989), a categoria trabalho é a atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo para a reprodução da vida humana, ou seja, contém esta acepção um duplo caráter: trabalho abstrato e trabalho concreto. O trabalho abstrato pode ser entendido como esforço físico ou mecânico, sua valorização corresponde à utilização da ação realizada no aproveitamento da força posta em movimento para satisfazer necessidade. É nessa condição de trabalho humano abstrato que o trabalho cria o valor das mercadorias (MARX, 1989). O trabalho concreto corresponde à utilidade deste, à relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, o elemento estruturante das relações sociais.

A concepção de trabalho que hoje é mais conhecida corresponde a uma noção burguesa que deu ênfase aos aspectos utilitários do trabalho humano, enquanto atividade econômica, separada de outras “dimensões da vida social e individual, como a religiosidade, a organização familiar, a política e a sexualidade” (LIEDKE, 1997, p.272). Esta noção de trabalho ou trabalho livre / trabalho assalariado, associou-se “à sua forma institucional, o emprego. O trabalho, como emprego, como função a ser desempenhada **na** ou **para** a produção....” (LIEDKE, 1997, p.273).

Da escravidão ao vôo livre

Na Antiguidade grega, com o enfraquecimento das estruturas comunitárias, início do regime de propriedade privada, há a expansão, que dura um longo período na história da humanidade, do regime

⁽¹⁾ “Modo de produção asiático é uma hipótese teórica destinada a compreender, no contexto das formações pré-capitalistas, o processo da passagem das sociedades sem classes para as sociedades de classes. Marx formulou esse modelo de análise com o objetivo de identificar as vias do aparecimento do Estado e das formas de exploração de classe a partir das comunidades primitivas... com os avanços da arqueologia e da etnologia a hipótese teórica do modo de produção asiático.... (é) ampliada a outras situações espaciais e temporais... a ponto de deixar de ser característica exclusiva da Ásia...” (OLIVEIRA, 1995, p.16).

escravista², quando então “todo trabalho manual é desvalorizado por ser feito por escravos, enquanto a atividade teórica, considerada a mais digna do homem, representa a essência de todo ser racional” (ARANHA; MARTINS, 1994, p.10). Nesta situação, o fato de homens trabalharem **sob ferrão** é considerado algo natural, ou seja, “escravos e animais domésticos, dizia Aristóteles, atendem com o corpo às necessidades da vida” (ARENDT, 1981, p.90). Essa busca da satisfação das necessidades se reproduz historicamente em toda a ação humana para que o homem possa continuar sobrevivendo. Para Oliveira (1995) na medida em que a satisfação é atingida, “ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho” (OLIVEIRA, 1995, p.6). O trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção, ou seja, as condições gerais da produção (MARX, 1989).

Em um período, como a Idade Média, em que a terra produzia todas as mercadorias de que se precisava, era ela a fonte de fortuna do homem, seu proprietário era o dono de tudo, o senhor absoluto, o trabalhador era tão somente aquele que produzia para este, o outro, e “ (...) Se ele tiver ganso ou galinha gorda, / Bolo de farinha de trigo em seu armário, / Tudo isso terá de ser do seu senhor” (BOISSONNADE³, 1927, citado por HUBERMAN, 1978, p. 15). O servo, como o escravo, era parte da terra, sem diferença entre este, os animais e a natureza. Ainda segundo este autor, os longos e exaustivos dias de trabalho, em época de colheita, eram “dias de dádiva”. E como é que o trabalho poderia ser entendido senão como castigo, uma punição?

Já na Idade Moderna, as inovações produzidas, principalmente as máquinas, acenam, com suas conquistas, para a promessa de libertação do homem do trabalho punitivo, do trabalho na terra, para os donos da terra, ou como nos diz Nosella (1995) “a partir dos séculos XV e XVI o trabalho exige do homem cada

vez menos habilidade das mãos e cada vez mais a livre disponibilidade do corpo. (...) A máquina, obra da inteligência humana, poderia finalmente reduzir a jornada de trabalho para transformar o homem escravo em cidadão político, culto e artista” (NOSELLA, 1995, p.32). Promessas que parecem acenar com vãos, para bem longe dos dias de “dádivas” e com pousos em terra de homens livres das “graças”. Com estas conquistas e a expansão do mercado⁴, mudanças ocorrem nas formas do trabalho ser organizado; a organização do **sistema fabril** vem substituir o **sistema doméstico** que por sua vez já ocupava o lugar do **sistema de corporações e de oficinas**⁵, surgindo uma organização em que o trabalho passa a ser dividido e cada trabalhador executa uma tarefa específica, não tendo mais a visão de conjunto do processo de fabricação, passando a ser simplesmente tarefeiro assalariado.

Neste sistema (fabril) os trabalhadores não só perderam a posse da matéria prima e dos instrumentos de trabalho, o que já vinha acontecendo de uma forma gradual nos sistemas de corporações e doméstico, respectivamente, como também passaram a trabalhar num mesmo espaço de trabalho, separado do local de moradia e sob a vigilância do empregador. A habilidade deixou de ser tão importante quanto era nos sistemas anteriores, devido ao uso das máquinas, sendo o capital o mais necessário (HUBERMAN, 1978). Ainda segundo Huberman (1978), as idéias dos economistas clássicos (Adam Smith, Ricardo, Malthus, James Mill) vieram possibilitar um conforto ainda maior aos homens de negócios dizendo-lhes que ao procurarem seu lucro estavam ajudando o Estado. “Toda pessoa está continuamente empenhada em encontrar o emprego mais vantajoso para o capital de que dispõe. (...) Mas a vantagem pessoal, naturalmente, ou melhor, necessariamente o leva a preferir o emprego mais vantajoso para a sociedade” (SMITH⁶, 1930 citado por HUBERMAN, 1978).

É indicativo desta maneira de evocar a liberdade e a prisão pelo trabalho o fato de que a palavra negócio, que deriva do latim *negotium* (negação de ócio, ausência de lazer), enquanto condição de trabalho, em

². A institucionalização do trabalho escravo - condição em que um homem é propriedade jurídica de outro homem – obriga aquele a trabalhar para seu dono, produzindo riqueza e prestando serviço.

³. BOISSONNADE, P. *Life and work in medieval Europe (fifth to fifteenth centuries)*, p. 146. Alfred Knopf, N., Y., 1927.

⁴. Após as grandes navegações, a sociedade ocidental pautou-se pelo processo de expansão do mercado capitalista, apoiada pela cultura burguesa que defendia os princípios de liberdade de mercado, de autodeterminação individual e de racionalidade científica.

⁵. Este sistema era caracterizado pela pequena oficina, na própria casa em que morava o artesão, tendo um mestre como empregador em pequena escala, trabalhando lado a lado com seus ajudantes; o mestre não só produzia os artigos como os vendia. Estes formavam corporações “uma espécie de irmandade que tomava conta dos membros em dificuldades” (HUBERMAN, 1978, p. 65).

⁶. Adam Smith, *Inquiry Into the Nature and Causes of the wealth of Nations* (1776), vol .I, p. 419. Methuen & Co., Londres, 1930.

fins do século XVIII, caracterizar o modo de trabalho pelo qual a burguesia, que então estabelecia o parâmetro de modo de vida, se oporá, àquele em que o ócio é uma prerrogativa dos homens livres, dos nobres e aristocratas e, portanto, não mais merecedor de respeito.

A libertação promovida pela burguesia liberou o trabalhador do *tripalium* para o aprisionar no labor do mercado, onde poderá negociar livremente seu tempo, seu espaço/corpo; tal como a economia que deveria ser dirigida pelo jogo da oferta e procura de mercado, o trabalho deveria ser conduzido pela livre iniciativa dos particulares, em prol da riqueza das nações, era a proposta do economista Adam Smith (HUBERMAN, 1978) que então ecoava por todos os cantos.

Esta mudança de perspectiva no mundo do trabalho, ou melhor, este **vôo livre e independente** do trabalhador, logo mostrou que as condições de trabalho não estavam tão a favor do trabalhador, como muito bem analisou o filósofo alemão Karl Marx (1818-1883), em o *Capital*. A citação a seguir trata de um pequeno trecho deste livro, no qual o autor analisa as principais características do trabalho nos diferentes estágios da produção: do artesanato e manufatura até a máquina nas fábricas.

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dêle o movimento do instrumental; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Até as medidas destinadas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina em vez de libertar o trabalhador, despoja o trabalho de todo interesse (MARX, 1989, p.483).

Não tardou para que os trabalhadores percebessem que “as máquinas tinham vínculos e compromissos políticos com o capital e, por causa disso, acabavam sendo hostis a eles” (NOSELLA, 1995, p. 33). Para sobreviver, toda a família operária era obrigada a trabalhar, inclusive crianças de até dois anos. Nas fábricas “alguns tetos são tão baixos que se torna difícil permanecer em pé” (COTRIM, 1995, p.261). Quando os trabalhadores começaram a sentir que a jornada de trabalho, de 16 horas, não diminuía, que os lucros só chegavam para os donos das máquinas, que aumentavam o número de crianças que trabalhavam e que suas esperanças de libertação nas máquinas não seriam atendidas; passaram a depositá-las em seus

companheiros. Mas a defesa da filosofia fabril encontrada nas palavras de Andrew Ure⁽⁷⁾ trazia brilho e exaltação às acomodações dos edifícios das fábricas, que protegiam os trabalhadores do sol do verão e da geada do inverno e acusava os sindicatos de conspiradores contra os próprios interesses da classe trabalhadora (HUBERMAN, 1978).

O século XIX vê o trabalhador lutar pela sobrevivência, a fim de não morrer, pois as intensas exigências de trabalho ameaçavam a própria vida, que pauperizada, acusa riscos de sofrimento descrito, na época, como “Miséria Operária” (DEJOURS, 1998, p.14). É ainda Dejours (1998) que diz ser este problema um flagelo considerado pelos notáveis da época uma verdadeira doença contagiosa. Se o labor da burguesia mostrava a cara, outros discursos estavam sendo elaborados e indicavam “uma forma de trabalho humano radicalmente nova e contraposta ao *labor*, que poderia ser chamada de poiésis enquanto ação social, complexa e criativa” (NOSELLA, 1995, p.35). Por toda parte a mesma luta, trabalhadores brigando pelo direito de se organizarem e construir uma nova concepção de trabalho.

Esta nova compreensão das relações de produção, de seu caráter político, põe às claras que esta é uma relação complexa que exige das classes trabalhadoras a superação de toda a carga de divisões que o conceito trabalho carrega e que vem se materializando na divisão clássica entre teoria e prática. Uma gigantesca obra da “revolução, que visa relacionar a máquina com o homem universal e eliminar a separação entre trabalhadores das mãos e trabalhadores da inteligência” (NOSELLA, 1995, p.37).

Vôo livre em busca da vida e do trabalho

Como superar uma visão tão negativa e reconhecer o caráter estruturante, fundante do trabalho? Como lidar com esta dupla face do trabalho, fonte e condição de exploração/libertação, de alienação/criação, de vida/morte?

O breve século XX, a era dos extremos (HOBSBAWM, 1994), é palco de grandes lutas políticas dos trabalhadores e também de amplas conquistas destes. Christophe Dejours (1998) aponta três períodos, na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho; o primeiro, que perdura por todo século XIX, é caracterizado pela busca da

⁽⁷⁾ URE, A. *The philosophy of manufactures* (1835). Londres, 1861. p.17.

redução na jornada de trabalho; o segundo, quando o movimento operário já conquistou bases mais sólidas e que se estende da primeira Guerra Mundial até 1968, se caracteriza por reivindicações que demandam uma proteção à saúde, “onde a proteção do corpo é a preocupação dominante” (DEJOURS, 1998, p.18); o terceiro período, que se segue a 1968, é influenciado pelos acontecimentos⁽⁸⁾, deste período, no particular a luta contra a alienação em que simultaneamente “o trabalho foi reconhecido como causa principal da alienação” (DEJOURS, 1998, p.24), donde a preocupação com a saúde mental contra o sofrimento pelo trabalho se impôs.

Estes movimentos de busca do direito pela sobrevivência, mais recentemente de busca do direito de se ter no ambiente de trabalho condições de vida saudável, segundo Dejours (1998), foram ao mesmo tempo de denúncias, respectivamente, das condições de higiene e de segurança no trabalho até aquelas acerca da divisão do trabalho, do conteúdo das tarefas, das relações de poder, do sistema hierárquico. Condições estas estabelecidas pela O.C.T. (Organização Científica do Trabalho), concebida por Taylor, e que no sistema industrial levaram ao “esgotamento” milhões de trabalhadores. Os trabalhadores que ao longo do século XX atuaram sob os princípios da racionalidade produtiva no trabalho, através do Taylorismo⁽⁹⁾, do Fordismo⁽¹⁰⁾ foram perdendo suas qualificações que foram incorporadas às máquinas, tornando o “trabalho repetitivo, parcelado, monótono sendo sua velocidade e ritmo estabelecidos independentemente do trabalhador, que o executa através de uma rígida disciplina” (LARANJEIRA, 1997, p.90). Esta Organização é tão rígida que segundo Dejours (1998) domina não somente a vida durante o trabalho, mas igualmente o tempo fora do trabalho. É ainda Dejours que chama atenção para os prejuízos da O. C. T. nos mecanismos de defesa do trabalhador, uma vez que esta

organização além de desapropriar o saber do trabalhador, amordaça a liberdade de invenção, de organização ou de adaptação do trabalho.

Adaptação espontânea do trabalho ao homem que não esperou os especialistas para inscrever-se na tradição operária. Adaptação que, vê-se logo, exige uma atividade intelectual e cognitiva que será proibida pelo trabalho taylorizado (DEJOURS, 1998, p. 38).

Através dos estudos/pesquisas da Psicodinâmica do Trabalho⁽¹⁰⁾ Dejours (1998) chama atenção para o prejuízo que a O.C.T. produz à integridade do aparelho psíquico e ao corpo, por meio da somatização. Do ponto de vista psicopatológico, esta organização traduz-se por uma tripla divisão: divisão do modo operatório, divisão do organismo (órgãos de execução e órgãos de concepção) e divisão entre os homens (contramestres, chefes, reguladores).

Os anos setenta (séc. XX), assistem a mudanças significativas nas formas de produção do modelo fordista em decorrência das pressões competitivas causadas principalmente pela concorrência japonesa, com seu modelo Toyotista⁽¹¹⁾. As novas formas de produção têm provocado inúmeras discussões; estas vão desde a tese de que estaria havendo uma mudança, uma ruptura, com o fordismo (pós-fordismo) até aquelas que indicam estar havendo apenas uma nova roupagem na continuidade deste modelo (neo-fordismo). Para aqueles que apontam estar havendo uma continuidade, esta é vista como consequência da incapacidade de o fordismo enfrentar mediante ganhos da produtividade, a crise do sistema capitalista (LARANJEIRA, 1997). A reestruturação produtiva que redefinía as estratégias do capital, combinada com a introdução de tecnologias de base microeletrônica, entretanto não rompeu com os princípios básicos da O.C.T.: a separação entre concepção e execução. Este contexto de inovações tecnológicas e de racionalização dos processos

⁽⁸⁾. Os acontecimentos acima referidos dizem respeito àqueles de “maio de 68” em que diversos setores da sociedade francesa se envolveram e nos quais a “libertação da palavra” (Dejours, 1998; Lapassade, 1983) vem na direção de uma luta contra a sociedade de consumo e contra a alienação.

⁽⁹⁾. Taylorismo é o sistema de organização do trabalho, desenvolvido pelo engenheiro norte-americano F.W. Taylor (1856-1915), que consiste numa organização especialmente industrial, “baseado na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho.” (CATTANI, 1997, p. 247).

⁽¹⁰⁾. Fordismo é o termo utilizado para caracterizar o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford em sua fábrica, a Ford Motor CO., em Detroit, no ano de 1913, e que fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira rolante, que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo e progressivo das peças, tendo em vista a produção e o consumo em massa (LARANJEIRA, 1997). Segundo Christophe Dejours (1999), “essa disciplina - inicialmente denominada de psicopatologia do trabalho - tem por objeto o estudo clínico e teórico da patologia mental decorrente do trabalho... (hoje) a questão do **sofrimento** passou a ocupar uma posição central” (DEJOURS, 1999, p.21).

⁽¹¹⁾. Toyotismo ou modelo japonês é o sistema adotado pela Toyota nos anos sessenta no Japão e que consiste numa flexibilização da produção que agora é conduzida pela demanda, sendo portanto “variada, diversificada e pronta para suprir o consumo (ANTUNES, 1995, p.26).

produtivos tem levado igualmente, tanto à redução do emprego, quanto a sérios problemas de saúde (as chamadas doenças do trabalho) que têm levado milhões de trabalhadores a serem excluídos do mundo do trabalho. Já o desemprego em larga escala “é a expansão sem precedentes na era moderna do *desemprego estrutural*” (ANTUNES, 1995, p.41) que gera o que Antunes (1995) chama de *processualidade contraditória*, ou seja, de um lado reduz, o operariado industrial, de outro, aumenta o subproletariado, mediante o trabalho precário, temporário, e terceirizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XX, a partir dos anos oitenta, as transformações no mundo do trabalho levaram alguns estudiosos do trabalho a anunciarem o fim da sociedade do trabalho; dentre estes se destaca o sociólogo francês André Gorz, com a obra *Adeus ao Proletariado* (1982). O sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, inspirado por esta polêmica internacional, produz o ensaio *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (1995) em que levanta inúmeras questões das quais, para a finalidade deste texto apenas uma é destacada: o trabalho “não é mais *protoforma* da atividade humana, necessidade de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza?” (ANTUNES, 1995, p.10). Antunes (1995) na *segunda* das suas cinco teses defende que o trabalho enquanto “criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social” (ANTUNES, 1995, p.82). Continuando em sua tese este autor diz ser ontologicamente distinto supor que com a eliminação do capitalismo, e do *trabalho abstrato*, ocorreria a eliminação “no universo da sociabilidade humana do *trabalho concreto* que cria coisas úteis, e que, ao fazê-lo (auto) transforma o seu próprio criador” (ANTUNES, 1995, p.82). Esta posição de eliminação da sociedade do trabalho, para o autor é decorrente da desconsideração de seus defensores do duplo caráter do

trabalho, o que leva ao reconhecimento do trabalho como sinônimo de trabalho abstrato, trabalho fetichizado, estranhado; a consequência disso seria uma sociedade de tempo livre, com algum sentido, convivendo com formas de trabalho estranhado e fetichizado.

Seria então uma sociedade que, ao negar o caráter estruturante do trabalho, formador da identidade social, estaria negando sua condição de atividade relacional que, “além de desenvolver habilidades, permite que a convivência não só facilite a aprendizagem e o aperfeiçoamento dos instrumentos, mas também enriqueça a afetividade resultante do relacionamento: experimentando emoções de expectativa, desejo, prazer, medo, inveja, o homem aprende a conhecer a natureza, as pessoas e a si mesmo” (ARANHA; MARTINS, 1994, p. 6).

Mais uma vez Antunes (1995) vem apontar para a incompletude desta sociedade imaginária, ao nos dizer da posição teleológica do trabalho, de sua condição de experiência elementar da vida cotidiana e consequentemente inseparável dos seres sociais, citando Lukács⁽¹²⁾ (1981), que diz:

A gênese do ser social, sua separação frente à sua própria base originária e também o seu vir-a-ser, estão fundadas no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas.

A crise da sociedade na qual estamos vivendo, representa, um momento histórico em que as *Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (ANTUNES, 1995) têm sem dúvida um papel fundamental. Diante de tantas inquietações e incertezas que este momento tem possibilitado, percebemos então a tendência a se desconsiderar o papel do homem trabalhador, do ser-que-vive-do-trabalho, da pessoa capaz de lutar por uma vida com mais autonomia, liberdade e emancipação; a se negar as lutas e conquistas do homem, a se perder o significado de práxis, de formação da consciência enquanto processo de “conhecimento dialético, como conducente a mudanças nas relações de trabalho e/ou nas condições gerais de existência” (GOMEZ, 1995, p.55).

OLIVEIRA, A. J. A view through world of the work. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 1, p. 27-33, jan./abr., 2003.

ABSTRACT: This paper describes an overview about the history of human activity, from slavery time to the current capitalism. It raises some characteristics of the work process concern that period of time and focus on the impact of those characteristics on workers life.

KEYWORDS: Work/history. Workes. Work/psychology.

⁽¹²⁾ Lukács, G. *Ontologia dell'essere sociale II*. Roma: Riuniti, 1981. v. 1,2.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1995.
- ARANHA, M. L.; MARTINS, M. H. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.
- ARENDT, H. **A condição humana.** São Paulo: EDUSP, 1981.
- COTRIM, G. **História e consciência do mundo.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- CATTANI, A. Taylorismo. In: CATTANI, A. **Trabalho e tecnologia:** dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 247-9.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** São Paulo: Global, 1982.
- GOMEZ, C. M. Processo de trabalho e processo de conhecimento. In: GOMES, C. M. (Ed). **Trabalho e conhecimento:** dilemas na educação do trabalhador. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. p.43-58.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos:** o breve século XX, 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LARANJEIRA, S. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, A. **Trabalho e tecnologia:** dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p. 89-93.
- LIEDKE, E. Trabalho. In: CATTANI, A. **Trabalho e tecnologia:** dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p. 268-74.
- MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. Livro I, v. I.
- NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: GOMES, C. M. (Ed). **Trabalho e conhecimento:** dilemas na educação do trabalhador. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 27-41.
- OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios).
- QUINTANA, M. **A vaca e o hipógrifo.** São Paulo: Global, 1995.

Recebido para publicação: Outubro de 2002

Aceito para publicação: Dezembro de 2002